

DEMORA NA REAÇÃO, IMPACTO PERVERSO

A recessão econômica levou o contingente de empregados do Brasil aos mesmos patamares de 2012. A recuperação do mercado de trabalho não será imediata.

Uma das características do mercado de trabalho brasileiro é a defasagem de resposta aos ciclos econômicos. Esse aspecto é decorrente, em grande parte, da rigidez de sua legislação trabalhista. Quando a atividade econômica começa a desacelerar, a diminuição no ritmo de geração de empregos e o impacto na taxa de desemprego não são imediatos e podem demorar meses para serem sentidos. Foi dessa maneira que em 2014, onde mesmo com a forte retração na atividade, os números do mercado de trabalho foram ainda altamente positivos.

Com o agravamento da crise econômica em 2015, tornou-se inevitável a piora dos indicadores do mercado de trabalho. Nesse período, houve uma expressiva destruição de vagas, um aumento da taxa de desemprego e a inflação alta corroeu a renda da população.

Em 2016, a continuação da recessão deu sequência ao fechamento de postos de trabalho e o país deverá encerrar mais um ano com corte de vagas acima do milhão. Além disso, as fortes crises econômica e política levaram o país a registrar recorde de desemprego, com a taxa se aproximando dos 12%, e o número de desempregos ultrapassando a marca dos 12 milhões de pessoas. A renda também foi afetada, mas o arrefecimento da inflação ao longo do ano amenizou a perda no poder de compra.

No Rio Grande do Sul, em linha com o ocorrido no Brasil, houve continuação da perda de empregos formais e do aumento na taxa de desemprego. Como resultado positivo, destaca-se a retomada na trajetória ascendente da renda real dos ocupados, mesmo que ainda permaneça longe dos níveis anteriores à crise atual.

Da mesma forma que há uma defasagem de resposta do mercado de trabalho nas quedas da economia, o inverso vale nas retomadas. As projeções para 2017 apontam para um cenário ainda adverso no mercado de trabalho. Mesmo com uma melhora da atividade econômica, a geração de empregos não ocorrerá na mesma proporção. Resultados mais satisfatórios devem ser verificados no Rio Grande do Sul relativamente ao Brasil.

Brasil: nunca antes na história desse país houve tantos desempregados

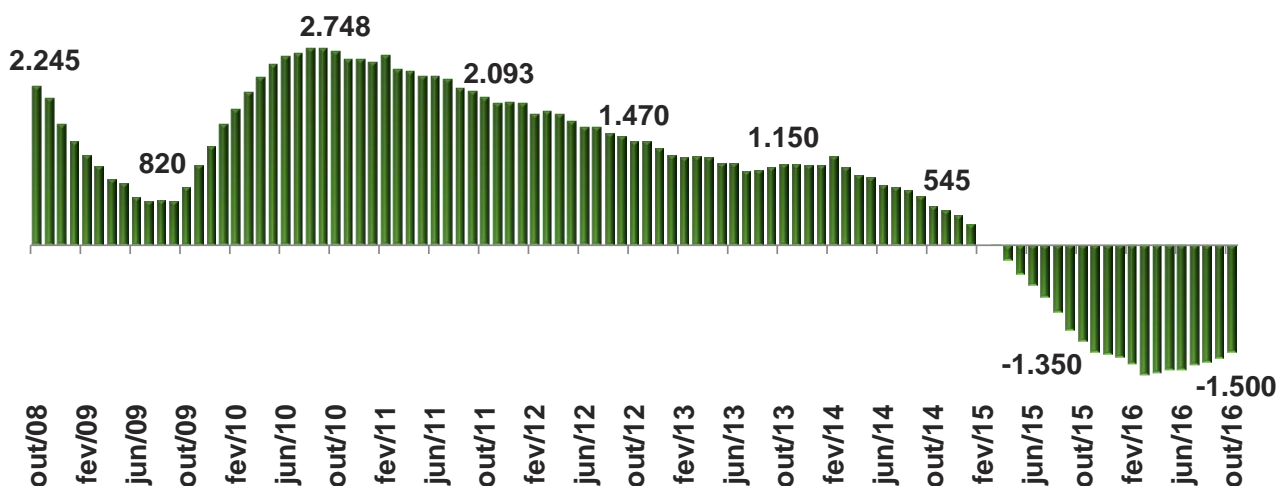
O mercado de trabalho brasileiro passou por um longo período de expansão. O número de vínculos de emprego formais contabilizado pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho (MTb), aumentou por 22 anos consecutivos. Nesse período, o estoque de vínculos passou de 22,3 milhões em 1992 para 49,6 milhões no final de 2014, ou seja, foram adicionados 27,3 milhões de pessoas ao mercado de trabalho formal, um crescimento de 122,6%.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), também sob tutela do Ministério do Trabalho, onde é possível acompanhar mensalmente as movimentações do mercado formal brasileiro, mostram que a desaceleração na criação de empregos teve início ainda em 2010. Esse movimento pode ser observado pelo Gráfico 1 que reporta o número de vagas criadas no acumulado em 12 meses. No entanto, foi somente em 2015 que o saldo entre admissões e demissões começou a se tornar negativo, evidenciando que vagas de emprego estavam sendo fechadas.

Após um ano desastroso, onde 1,5 milhão de postos de trabalho foram fechados, 2016 será novamente de corte expressivo de empregos. Segundo os dados do CAGED, entre janeiro e outubro, o número de demissões superou o de contratações em 751,8 mil. O resultado é menos negativo em comparação com o mesmo período do ano passado, quando o saldo foi de 786,7 mil postos de trabalho destruídos. Desde o início da atual crise, no segundo trimestre de 2014, já foram fechados 2,3 milhões de postos de trabalho no Brasil, levando o estoque de vínculos ao mesmo nível de 2012 (47,3 milhões).

Gráfico 4.1. Geração de empregos formais – Brasil*

(Saldo em mil vínculos – acum. em 12 meses)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

* Considera as declarações fora do prazo. Em destaque os meses de outubro de cada ano.

O único fator positivo em 2016 é a desaceleração na destruição de vagas observada nos últimos meses. Após uma sequência de 12 meses com resultados negativos crescentes relativamente a igual período do ano anterior, desde abril os dados mostram quedas menos intensas que os respectivos meses de 2015. Com isso, o saldo líquido de geração de empregos acumulado em 12 meses, que chegou ao vale em março de 2016 com 1,8 milhões de empregos fechados, mudou a tendência negativa, alcançando a marca de 1,5 milhão de vagas extintas em outubro, o mesmo patamar do ano passado.

Nos primeiros dez meses do ano, com exceção da Indústria, todos os grandes setores da economia brasileira apresentaram um desempenho pior em 2016 na comparação com 2015, tanto em termos de geração de empregos quanto na variação no estoque de trabalhadores, como pode ser observado na Tabela 4.1.

O setor de Serviços acumula o fechamento de 417,6 mil vagas no ano, sendo que no mesmo período do ano passado foram 269,1 mil cortes. Esse resultado representa uma variação de 1,16% no contingente de empregados, uma piora em relação a 2015 (-0,74%). Entre os subsetores do setor terciário, além da continuidade da destruição de empregos no Comércio (-226,0 mil em 2015 e -246,1 mil em 2016), uma grande piora foi verificada nos Demais serviços, onde 171,4 mil postos de trabalho foram perdidos em 2016, sendo que no mesmo período do ano passado foram fechadas 43,0 mil vagas.

Já a Agropecuária apresentou a criação de 61,5 mil empregos no ano corrente, um aumento de 4,08% no seu estoque de trabalhadores. No entanto, a geração de empregos foi menor se comparada à verificada no mesmo período de 2015, quando chegou a 92,4 mil, aumentando o número de vínculos formais do setor em 6,18%.

Tabela 4.1. Estoque e geração de empregos formais por setores de atividade – Brasil*

(Número de vínculos)

	2015			2016		
	Estoque dez/14*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque	Estoque dez/15*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque
Agropecuária	1.494.905	92.365	6,18	1.509.050	61.494	4,08
Indústria	11.528.707	-609.984	-5,29	10.491.512	-395.748	-3,77
Extrativa	257.606	-13.717	-5,32	240.488	-12.904	-5,37
Transformação	7.765.846	-320.284	-4,12	7.185.512	-134.250	-1,87
Alimentos	1.531.732	22.033	1,44	1.529.478	7.717	0,50
Bebidas	138.250	-3.378	-2,44	129.833	-6.329	-4,87
Tabaco	13.688	1.117	8,16	13.863	-125	-0,90
Têxteis	296.028	-22.312	-7,54	260.478	-38	-0,01
Vestuário e Acessórios	683.752	-30.015	-4,39	614.614	-2.438	-0,40
Couro e Calçados	372.499	-763	-0,20	341.489	23.424	6,86
Produtos de Madeira	189.195	-4.289	-2,27	176.219	-3.066	-1,74
Celulose e Papel	184.767	-3.347	-1,81	177.323	-825	-0,47
Impressão e Reprodução	121.979	-5.721	-4,69	113.243	-4.087	-3,61
Refino de Petróleo	158.758	6.580	4,14	151.262	5.579	3,69
Químicos	282.389	-5.977	-2,12	269.618	1.707	0,63
Farmacêuticos	103.101	2.577	2,50	103.187	1.387	1,34
Borracha e Plástico	455.677	-27.078	-5,94	412.431	-6.601	-1,60
Minerais não Metálicos	457.034	-16.516	-3,61	427.447	-24.699	-5,78
Metalurgia	236.904	-17.693	-7,47	213.790	-8.635	-4,04
Produtos de Metal	509.829	-40.214	-7,89	450.799	-24.999	-5,55
Equipamentos de Informática e Eletrôn.	167.344	-23.585	-14,09	136.234	-4.422	-3,25
Material Elétrico	224.188	-21.979	-9,80	198.288	-8.856	-4,47
Máquinas e Equipamentos	408.118	-37.711	-9,24	361.416	-22.472	-6,22
Veículos Automotores	489.279	-51.373	-10,50	426.107	-24.581	-5,77
Outros Equipos de Transporte	111.719	-7.480	-6,70	98.269	-11.455	-11,66
Móveis	283.001	-18.227	-6,44	256.067	-13.093	-5,11
Produtos Diversos	157.834	-5.249	-3,33	147.592	-77	-0,05
Manut e Rep de Maq e Equipos	188.781	-9.684	-5,13	176.465	-7.266	-4,12
Serv. Ind. de Utilidade Pública (SIUP)	485.828	-6.437	-1,32	480.344	-7.002	-1,46
Construção	3.019.427	-269.546	-8,93	2.585.168	-241.592	-9,35
Construção de Edifícios	1.318.124	-134.975	-10,24	1.117.557	-116.748	-10,45
Obras de Infraestrutura	889.164	-106.502	-11,98	730.394	-81.645	-11,18
Serviços para Construção	812.139	-28.069	-3,46	737.217	-43.199	-5,86
Serviços	36.547.898	-269.075	-0,74	36.060.245	-417.562	-1,16
Comércio	9.646.376	-226.048	-2,34	9.452.998	-246.129	-2,60
Demais serviços	26.901.522	-43.027	-0,16	26.607.247	-171.433	-0,64
Total da economia	49.571.510	-786.694	-1,59	48.060.807	-751.816	-1,56

Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE. * Estoque de vínculos em 31/12 de acordo com a RAIS. ** Considera as declarações fora do prazo.

Por fim, mesmo com desempenho ainda muito negativo, a Indústria apresentou uma melhora no saldo de vagas, passando de uma destruição de 610,0 mil empregos em 2015 para uma perda de 395,7 mil em 2016, desfechos que levaram a reduções no estoque de vínculos de 5,29% e 3,77%, respectivamente.

O resultado menos negativo do setor secundário se deu em função da Transformação, que apresentou um saldo de vagas menos ruim (-134,3 mil em 2016 contra -320,3 mil em 2015) e também uma contração menos intensa no estoque de vínculos (-1,87% frente a -4,12%, na mesma ordem). Entre as 24 atividades que a compõem, 19 fecharam vagas nos dez primeiros meses de 2016, frente a 20 em igual período do ano anterior.

Os destaques negativos ficaram novamente por conta dos setores do Complexo Metal Mecânico¹, com os maiores cortes verificados em Produtos de metal (-25,0 mil), Veículos automotores (-24,6 mil) e Máquinas e equipamentos (-22,5 mil). O setor de Minerais não metálicos, influenciado pelo baixo desempenho da Construção, também apresentou intenso fechamento de vagas (-24,7 mil), aparecendo em segundo na lista de cortes da Transformação. Em contrapartida, os cinco setores que geraram postos de trabalho foram Couro e calçados (+23,4 mil), Alimentos (+7,7 mil), Refino de petróleo (+5,6 mil), Químicos (+1,7 mil) e Farmacêuticos (+1,4 mil).

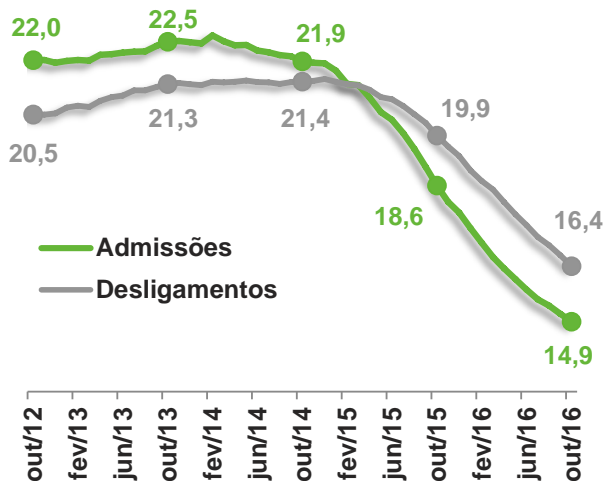
Por outro lado, a Construção fechou menos vagas entre janeiro e outubro de 2016 relativamente a 2015. Foram 241,6 mil nesse ano contra 269,5 mil no ano passado. No entanto, mesmo com isso, o estoque de vínculos sofreu uma redução maior (-9,35% em 2016 contra -8,93% em 2015). Desde o início da crise, no segundo trimestre de 2014, o setor já perdeu mais de um quarto de seus trabalhadores (26,3%).

A queda na geração de empregos no Brasil ocorreu em um contexto onde tanto o volume de demissões quanto o de contratações sofreram retrações, com a queda no segundo sendo mais intensa do que no primeiro. No acumulado em 12 meses até outubro, as demissões passaram de 19,9 milhões em 2015 para 16,4 milhões em 2016, uma retração de 17,7% (Gráfico 4.2). Por outro lado, o volume de admissões caiu de 18,6 milhões para 14,9 milhões no mesmo período, revelando um recuo de 19,8%. Vale destacar que, na comparação de 2015 contra 2014, os volumes de demissões e contratações já haviam se reduzido em 6,8% e 15,3%, respectivamente.

Esse cenário de esfriamento do mercado de trabalho, onde menos movimentações estão sendo registradas, trouxe consigo a redução de outro indicador que se manteve em patamares elevados durante o período de expansão do emprego no Brasil: a taxa de rotatividade da mão de obra, como pode ser observado no Gráfico 4.3.

Gráfico 4.2. Volume de admissões e desligamentos – Brasil

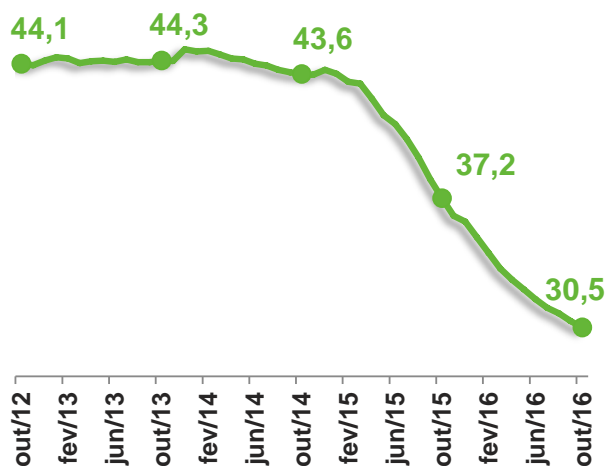
(Em milhões – acum. em 12 meses)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

Gráfico 4.3. Taxa de rotatividade – Brasil

(Em %)



Fonte: MTb/CAGED e RAIS. Elaboração: FIERGS/UEE.

A taxa de rotatividade visa capturar o grau de substituição da mão de obra no mercado de trabalho. Seguindo a metodologia utilizada pelo IBGE, o cálculo é dado pela razão do menor número entre admitidos e desligados de um determinado ano e o estoque de trabalhadores do

¹ O Complexo metal mecânico é formado pelos segmentos de: Metalurgia, Produtos de metal, Equipamentos de informática e eletrônicos, Material elétrico, Máquinas e equipamentos, Veículos automotores, Outros equipamentos de transporte e Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos.

ano anterior. Para a captação do volume de admitidos e desligados, podem ser utilizados os dados do CAGED, enquanto que uma série de estoque mensal de trabalhadores pode ser construída com a combinação de duas informações: os dados de vínculos ativos da RAIS em 31/12 e o saldo mensal de movimentação do CAGED.

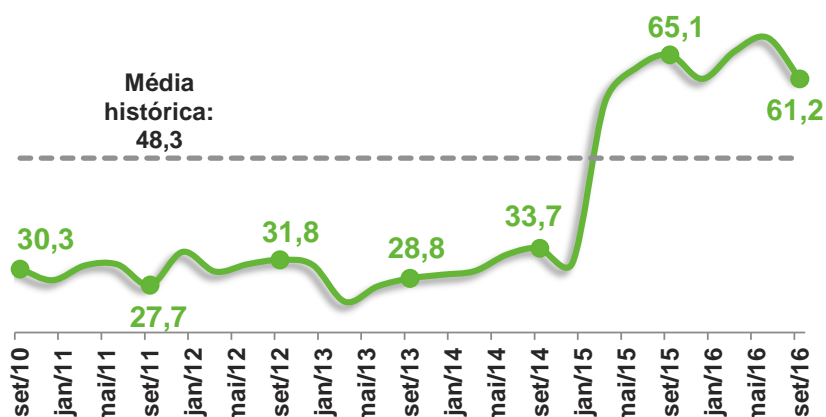
Entre 2010 e 2014, período que antecedeu a crise, a taxa de rotatividade do mercado de trabalho brasileiro foi, em média, de 44%, uma elevação na comparação com os 39% verificados entre 2006 e 2009. Este resultado indica que, de cada 100 trabalhadores em um determinado mês, 44 trocaram suas posições no mercado de trabalho nos 12 meses seguintes. Nesse período, ocorreram em média 21,8 milhões de admissões e 20,2 milhões de desligamentos por ano, demonstrando o aquecimento do mercado de trabalho do país. A partir de 2015, a taxa de rotatividade inicia uma trajetória de queda, chegando aos 36% em dezembro de 2015 e 31% em outubro de 2016.

Até certa medida, a rotatividade é importante, pois permite adaptações às modificações na dinâmica, tanto do ciclo econômico quanto da empresa. Contudo, uma taxa de rotatividade muito elevada pode ter efeitos negativos sobre a formação de capital humano e, conseqüentemente, sobre o nível e o potencial de expansão da produtividade do trabalho.

Os movimentos na taxa de rotatividade podem ser determinados a partir de decisões tomadas tanto por empregados quanto por empregadores. Por parte das empresas, a contribuição para a queda se deu, principalmente, em função da não reposição dos trabalhadores dispensados. A severa crise e a falta de perspectivas para uma retomada fizeram os empregadores optarem pela diminuição de seus quadros de funcionários.

Já por parte dos trabalhadores, o receio de perder o emprego e não conseguir uma recolocação no mercado também ajudou na redução da taxa de rotatividade. Esse sentimento pode ser observado pela permanência em níveis muito elevados do Índice de Medo do Desemprego (IMD), calculado trimestralmente pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). O IMD é um índice de difusão que varia de 0 a 100, de forma que valores acima de 50 pontos indicam que os indivíduos estão com muito medo de perder o emprego.² Quanto maior o índice, mais preocupação com o desemprego foi reportada pelas pessoas.

Gráfico 4.4. Índice de Medo do Desemprego – Brasil*
(Em pontos)



Fonte: CNI. Elaboração: FIERGS/UEE. * O índice varia de 0 a 100. Valores acima dos 50 pontos indicam alto medo do desemprego.

² Até junho de 2016, o IMD era divulgado na forma de um índice de base fixa com a média de 2003=100, passando a ser um índice de difusão na sua última divulgação em setembro de 2016.

Após manter-se em patamar muito baixo entre 2010 e 2014, com média de 30 pontos, ou seja, muito próximo ao seu piso histórico verificado em março de 2013 (25 pontos), o indicador se encontra acima dos 50 pontos desde março de 2015, atingindo seu recorde em junho deste ano com 67,9 pontos e recuando marginalmente para os 61,2 pontos em setembro. Vale destacar que a média histórica do IMD é de 48,1 pontos.

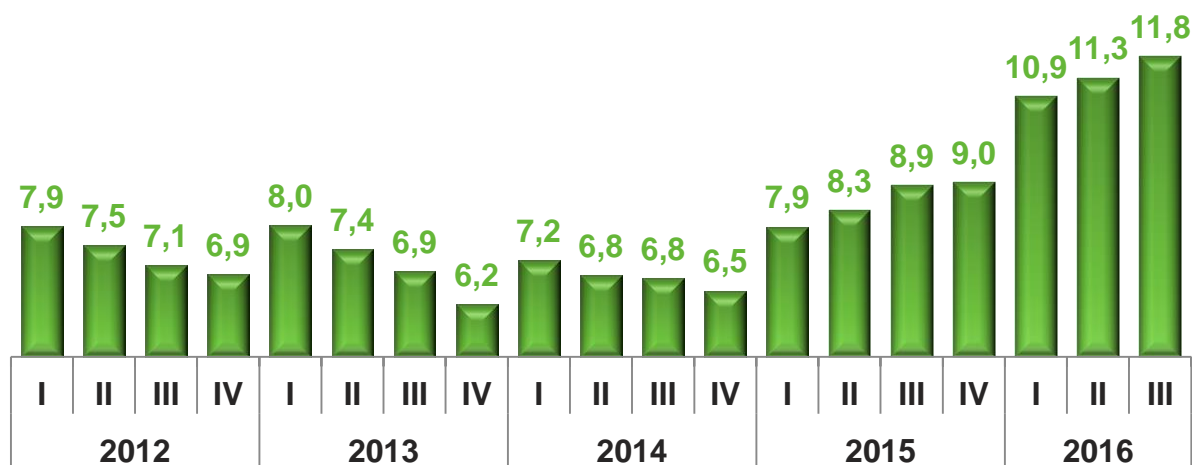
Outro dado que reforça o sentimento de preocupação da população quanto à situação do mercado de trabalho e ajudou, portanto, a reduzir a taxa de rotatividade, são os motivos de desligamentos. De acordo com as informações do CAGED, os pedidos de demissão representavam 23,5% do total de desligamentos em dezembro de 2014, passando para 18,0% em dezembro de 2015 e 19,1% em outubro de 2016. Esses dados reforçam o sentimento de receio dos trabalhadores em deixar o emprego atual e buscar oportunidades melhores, dada a percepção de que a economia passa por uma de suas maiores e mais longas crises na história.

Por um lado, a redução da rotatividade no mercado de trabalho formal brasileiro pode ser interpretada como um bom sinal, de modo que a acumulação de experiência em um mesmo emprego por parte dos trabalhadores tenha impacto positivo na produtividade e produto potencial da economia. Por outro, devido à forma com que a redução ocorreu, ou seja, em função da conjuntura econômica ruim, levando ao arrefecimento do mercado de trabalho, principalmente, através da contração nas admissões e medo do desemprego por parte dos trabalhadores, a queda da rotatividade não pode ser interpretada como um sinal exclusivamente positivo.

Com a continuação de números expressivos de fechamento de postos de trabalho formal no Brasil, a taxa de desemprego seguiu em 2016 a trajetória de alta que se iniciou em 2015. No terceiro trimestre do ano corrente, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, a taxa alcançou os 11,8% da força de trabalho brasileira, sendo que no mesmo período do ano passado estava em 8,9%. Se comparada à verificada em igual período de 2014 (6,8%), a elevação é ainda mais expressiva. O atual patamar é o mais alto desde o início da pesquisa em 2012.

Gráfico 4.5. Taxa de desemprego – Brasil

(Em % da força de trabalho)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

O aumento de 2,9 pontos percentuais (p.p.) da taxa de desemprego no último ano ocorreu, principalmente, pelo crescimento de 33,9% na população desocupada, a qual passou de 9,0 milhões para 12 milhões, o maior número de desempregados da série histórica da pesquisa. Foram 3 milhões de pessoas a mais na fila do desemprego em um curto período de tempo, evidenciando a intensidade e, acima de tudo, a rapidez na deterioração do mercado de trabalho

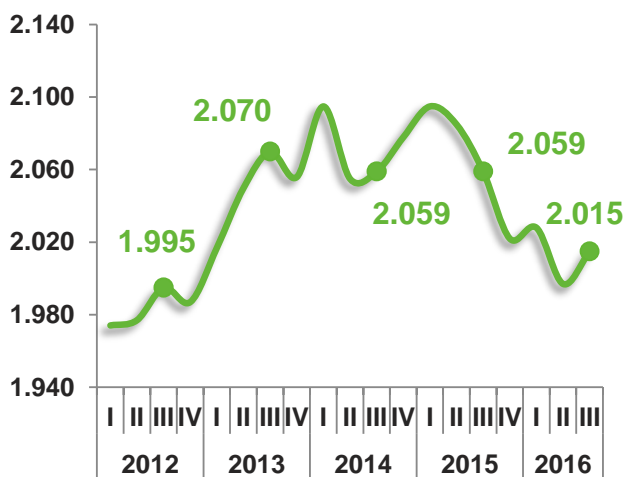
brasileiro. Nessa métrica, a população ocupada caiu de 92,1 para 89,8 milhões, uma queda de 2,4% ou de 2,3 milhões no número de pessoas empregadas.

Além do forte ajuste de quantidade em curso do mercado de trabalho brasileiro, evidenciado pelo expressivo fechamento de postos de trabalho e pela elevação do desemprego, os rendimentos das pessoas que continuam empregadas seguem perdendo valor em termos reais. De acordo com os dados da PNAD Contínua, o rendimento médio habitualmente recebido, considerando todos os trabalhos do indivíduo e descontando os efeitos da inflação, passou de R\$ 2.059 no terceiro trimestre de 2015 para R\$ 2.015 no mesmo período de 2016, representando uma queda de 2,1%. Se comparado ao valor médio anterior à recessão, ou seja, no primeiro trimestre de 2014 onde era de R\$ 2.095, a retração é ainda maior (-3,8%).

O ajuste de salários também pode ser verificado nas movimentações que ocorrem no mercado formal brasileiro. Os trabalhadores ingressantes estão sendo contratados por salários mais baixos, enquanto que estão sendo demitidos com remuneração mais elevada. Segundo os dados do CAGED, o salário médio real de admissão, quando comparado com o mesmo mês do ano anterior, apresenta queda desde outubro de 2015. Em outubro de 2016, o valor médio pago aos contratados foi 0,3% menor frente a outubro do ano passado, passando de R\$ 1.383,28 para R\$ 1.379,16. Nessa base de comparação, nos últimos 26 meses, somente em 3 não houve queda nos salários de admissão.

Gráfico 4.6. Renda real habitualmente recebida de todos os trabalhos – Brasil*

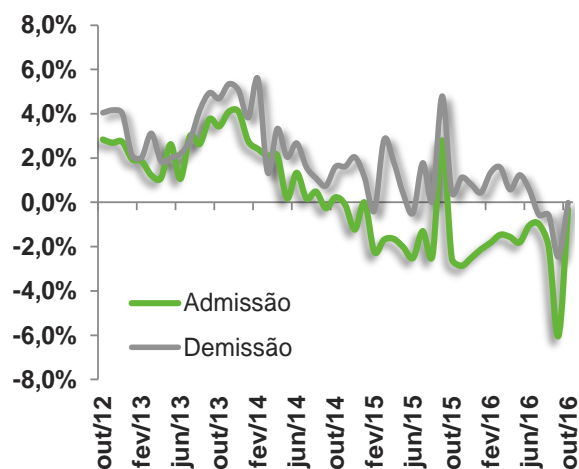
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.
* A preços de agosto de 2016. Deflacionados pelo INPC.

Gráfico 4.7. Salário médio real de admissão e demissão – Brasil*

(Var. % mesmo mês ano anterior)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.
* A preços de outubro de 2016. Deflacionados pelo INPC.

Em direção contrária, os salários que os trabalhadores possuíam ao perder o emprego são mais elevados. Nos últimos 26 meses, apenas em 5 os salários dos demitidos foram, em média, menores em termos reais na comparação com igual mês do ano anterior. Em outubro desse ano, o salário médio real de demissão não apresentou variação na comparação com o mesmo mês do ano passado, permanecendo em R\$ 1.583,24. Mesmo assim, o valor ficou 14,3% acima do verificado pelos contratados.

Esse quadro indica, por um lado, que as empresas estão optando por substituir trabalhadores com maior remuneração por outros com salários menores, em busca de redução de custos, devido à grave crise. Por outro lado, esse movimento pode apontar que profissionais

qualificados estão aceitando ofertas menores de salários devido à grande concorrência dada pelo elevado contingente de desempregados no país.

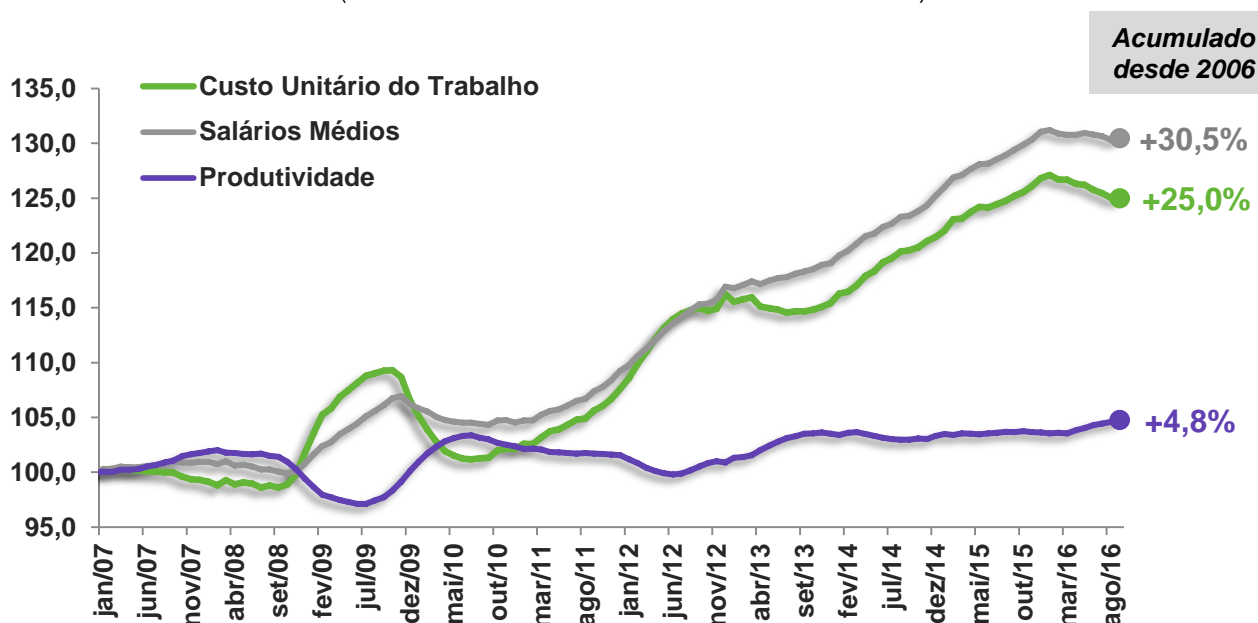
A evolução dos salários pagos aos trabalhadores e da produtividade são fatores cruciais que impactam diretamente os custos e a competitividade das empresas. Aumentos nos salários sem o acompanhamento de ganhos de produtividade fazem os custos das empresas serem pressionados, tornando seus produtos mais caros e, portanto, menos atrativos a seus clientes. Um indicador que mede a relação entre esses dois fatores para a Indústria de transformação é o Custo Unitário do Trabalho (ULC, na sigla em inglês), produzido pela UEE/FIERGS.

O ULC é calculado a partir da razão entre os salários médios em termos reais e a produtividade (quantidade produzida por hora trabalhada), sendo que um aumento do mesmo indica perda de competitividade, uma vez que só ocorre quando a magnitude do crescimento dos salários é maior do que os ganhos de produtividade. Na comparação dos nove primeiros meses de 2016 contra igual período do ano passado, o Custo Unitário do Trabalho caiu 2,0%, resultado que foi fruto de uma retração de 0,6% nos salários e um aumento de 1,5% na produtividade.

No entanto, mesmo com a queda observada em 2016, há ainda um grande descompasso entre salários e produtividade na indústria brasileira quando se olha para um período mais longo. Como pode ser observada no Gráfico 4.6, a evolução do ULC de janeiro de 2006 até os dias atuais demonstra que os salários cresceram muito acima da produtividade, com maior discrepância a partir de 2011. Entre 2006 e os 12 meses encerrados em setembro de 2016, a variação acumulada dos salários foi de 30,5%, enquanto que a produtividade cresceu apenas 4,8%, resultado que fez com que o custo unitário do trabalho aumentasse em 25,0% no período.

Gráfico 4.8. Custo Unitário do Trabalho (ULC), salários médios e produtividade – Brasil

(Média em 12 meses – Índice base: média 2006 = 100)



Fonte: FIERGS/UEE. Elaboração: FIERGS/UEE.

O mercado de trabalho do Brasil ainda se encontra em situação bastante deteriorada. A destruição de postos de trabalho segue em curso, mas em menor intensidade na comparação com o ano passado. A taxa de desemprego continua em elevação, o número de desempregados é recorde e os salários estão perdendo poder de compra. A combinação desses fatores indica que a retomada será lenta e ainda pode demorar a demonstrar melhora consistente.

Rio Grande do Sul: resultados ruins, mas melhores que o Brasil

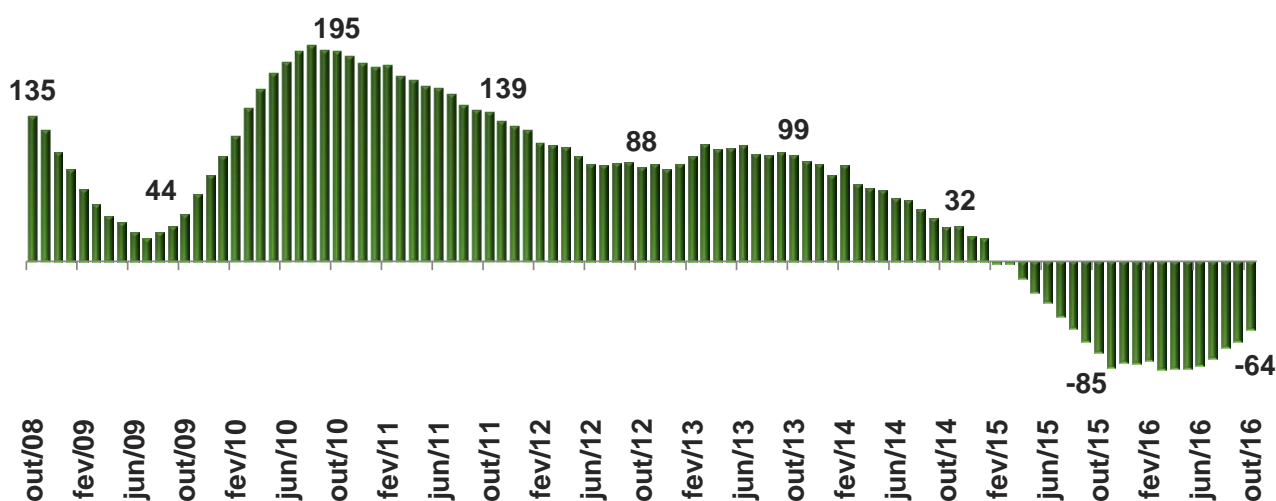
Assim como no Brasil, o ritmo de geração de vagas de emprego no Rio Grande do Sul começou a diminuir ainda no segundo semestre de 2010, como pode ser observado no Gráfico 4.9. Em seu melhor momento, a criação de empregos no acumulado em 12 meses chegou a alcançar a marca de 200,1 mil novas vagas em agosto daquele ano, o pico da série histórica.

Com a chegada da crise econômica em 2014, o mercado de trabalho gaúcho começou a sofrer os efeitos da redução na atividade produtiva um pouco antes do que o Brasil. O saldo líquido de vagas, no acumulado em 12 meses, começou a ficar negativo em fevereiro do ano passado, enquanto que no Brasil a entrada no campo negativo foi em abril. No Estado, a destruição de vagas seguiu acelerando e chegou ao fundo do poço em novembro de 2015, com saldo negativo de 99,9 mil vagas, permanecendo em torno desse patamar até maio de 2016.

Entre dezembro de 2015 e maio de 2016, os resultados mensais, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, alternavam com desfechos piores e melhores, fazendo o acumulado em 12 meses oscilar em torno de um patamar bastante negativo de cerca de 100 mil vagas perdidas. A partir de maio, ainda que apresentando saldos negativos, os resultados foram melhores na comparação com os respectivos meses de 2015, fazendo com que o corte de empregos nos últimos 12 meses perdesse intensidade e chegasse a outubro com saldo de 63,8 mil vagas perdidas.

Gráfico 4.9. Geração de empregos formais – Rio Grande do Sul*

(Saldo em mil vínculos – acum. em 12 meses)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

* Considera as declarações fora do prazo. Em destaque os meses de outubro de cada ano.

Os dados dos primeiros 10 meses de 2016 revelam uma melhora significativa na situação do emprego gaúcho quando comparados aos do mesmo período do ano passado. No acumulado do ano até outubro, foram fechadas 26,8 mil vagas de emprego no Estado, causando uma perda de 0,89% no estoque de trabalhadores contabilizado ao final de 2015. Já entre janeiro e outubro do ano passado, o corte chegou aos 57,3 mil, com subtração de 1,84% no estoque de vínculos do encerramento de 2014.

Entre os grandes setores de atividade, todos apresentaram melhor desempenho no acumulado do ano até outubro. O setor de Serviços fechou 14,4 mil postos de trabalho, melhorando o resultado de 20,3 mil empregos perdidos no mesmo período de 2015. A redução

relativa no estoque de vínculos do setor terciário foi de 0,69% em 2016, uma leve melhora frente a 2015 (-0,95%).

Tabela 4.2. Estoque e geração de empregos formais por setores de atividade – Rio Grande do Sul*

(Número de vínculos)

	2015			2016		
	Estoque dez/14*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque	Estoque dez/15*	Geração empregos (jan-out)**	Var. % no estoque
Agropecuária	83.034	1.068	1,29	85.736	1.093	1,27
Indústria	901.813	-38.101	-4,22	825.798	-13.562	-1,64
Extrativa	7.317	-422	-5,77	6.767	-346	-5,11
Transformação	707.391	-28.090	-3,97	653.835	-6.838	-1,05
Alimentos	125.277	970	0,77	125.255	406	0,32
Bebidas	10.759	45	0,42	10.559	-214	-2,03
Tabaco	6.005	1.020	16,99	5.670	130	2,29
Têxteis	9.919	-515	-5,19	9.002	336	3,73
Vestuário e Acessórios	24.013	-1.044	-4,35	21.766	506	2,32
Couro e Calçados	117.280	-1.681	-1,43	109.457	5.072	4,63
Produtos de Madeira	17.123	-332	-1,94	16.185	-83	-0,51
Celulose e Papel	10.658	-227	-2,13	10.564	157	1,49
Impressão e Reprodução	8.007	-387	-4,83	7.521	-169	-2,25
Refino de Petróleo	2.210	-74	-3,35	2.444	-103	-4,21
Químicos	17.159	404	2,35	16.918	451	2,67
Farmacêuticos	2.259	36	1,59	2.246	-138	-6,14
Borracha e Plástico	41.207	-2.089	-5,07	35.159	522	1,48
Minerais não Metálicos	21.002	-515	-2,45	19.734	-604	-3,06
Metalurgia	11.671	-1.690	-14,48	9.913	-511	-5,15
Produtos de Metal	62.974	-3.393	-5,39	57.269	-1.385	-2,42
Equipamentos de Informática e Eletron.	12.016	-902	-7,51	10.972	-756	-6,89
Material Elétrico	13.277	-1.231	-9,27	11.872	-938	-7,90
Máquinas e Equipamentos	66.490	-7.267	-10,93	57.522	-3.029	-5,27
Veículos Automotores	49.391	-6.882	-13,93	40.871	-3.334	-8,16
Outros Equipos de Transporte	9.743	944	9,69	10.097	-1.288	-12,76
Móveis	41.843	-2.151	-5,14	38.438	-1.564	-4,07
Produtos Diversos	14.236	-436	-3,06	13.641	-2	-0,01
Manut e Rep de Maq e Equipos	12.872	-693	-5,38	10.760	-300	-2,79
Serv. Ind. de Utilidade Pública (SIUP)	32.499	-354	-1,09	31.325	-168	-0,54
Construção	154.606	-9.235	-5,97	133.871	-6.210	-4,64
Construção de Edifícios	74.825	-4.033	-5,39	65.784	-6.187	-9,41
Obras de Infraestrutura	35.560	-5.976	-16,81	27.500	-422	-1,53
Serviços para Construção	44.221	774	1,75	40.587	399	0,98
Serviços	2.124.332	-20.271	-0,95	2.094.015	-14.370	-0,69
Comércio	636.646	-15.798	-2,48	620.563	-8.793	-1,42
Demais serviços	1.487.686	-4.473	-0,30	1.473.452	-5.577	-0,38
Total da economia	3.109.179	-57.304	-1,84	3.005.549	-26.839	-0,89

Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

* Estoque de vínculos em 31/12 de acordo com a RAIS. ** Considera as declarações fora do prazo.

Já a Agropecuária criou 1.093 vagas em 2016, sendo que em 2015, em igual período, foram 1.068. A melhora marginal na criação de vagas no setor primário provocou um aumento levemente inferior no contingente de empregados no setor (+1,27% em 2016 frente a +1,29% em 2015).

Contudo, uma melhora significativa foi observada na Indústria, onde a perda de vagas passou de 38,1 mil para 13,6 mil de 2015 para 2016, sempre se olhando para o período de janeiro a outubro. A perda relativa no estoque saiu de -4,22% para -1,64%.

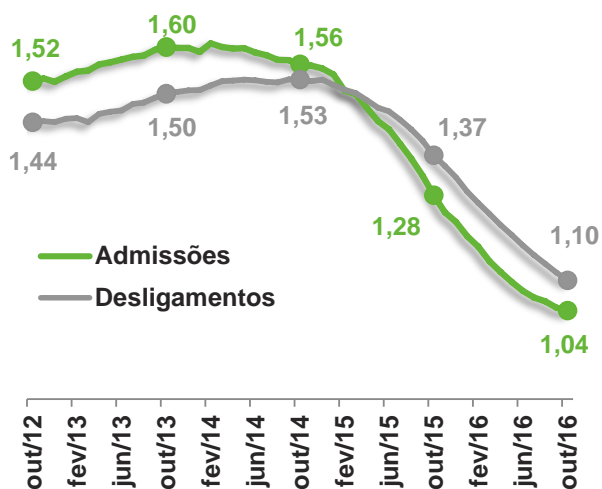
O resultado do setor secundário se deve a melhora do desempenho na Transformação, responsável por cerca de 80% dos vínculos de emprego da Indústria. Nos primeiros dez meses de 2015, as demissões superam as contratações em 28,1 mil vagas, número que foi reduzido para 6,8 mil em 2016. Entre os 24 subsetores da Transformação, 16 fecharam vagas em 2016, sendo que em 2015 foram 18. Os destaques negativos, assim como no Brasil e também em 2015, ficaram por conta das atividades ligadas ao Complexo Metal Mecânico: Veículos automotores (-3,3 mil), Máquinas e equipamentos (-3,0 mil) e Produtos de metal (-1,4 mil), bem como de Móveis (-1,6 mil). Já o destaque positivo veio de Couro e calçados (+5,0 mil), impulsionado pela melhora de suas exportações.

A Construção também seguiu fechando vagas no Estado em 2016 (-6,2 mil), mas em menor volume em relação ao ano passado (-9,2 mil). Entre seus subsetores, verifica-se uma melhora significativa em Obras de infraestrutura, que passou de uma perda de 6,0 mil vagas para o fechamento de 422 nos últimos dez meses contabilizados em 2016. No entanto, a Construção de edifícios piorou seu desempenho de um corte de 4,0 mil empregos para 6,2 mil. Já os Serviços para construção, assim como em 2015 (+774), geraram novas vagas no ano corrente, mas em menor intensidade (+399).

Por fim, a Extrativa e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP), com o fechamento de vagas acumulado em 2016 de 346 e 168, apresentaram resultado menos negativo na comparação com 2015 (-422 e -354, respectivamente).

Gráfico 4.10. Volume de admissões e desligamentos – Rio Grande do Sul

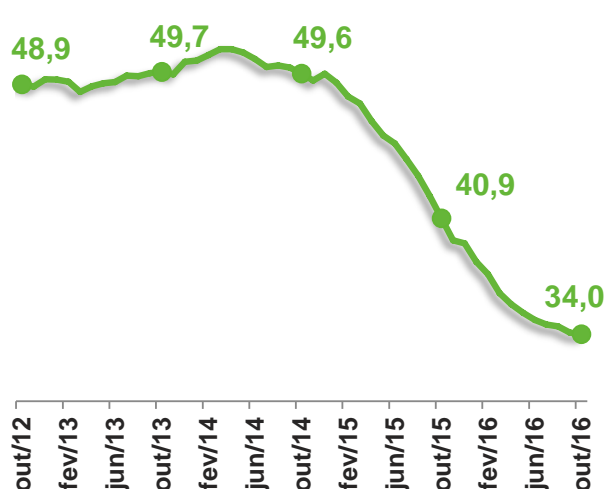
(Em milhões – acum. em 12 meses)



Fonte: MTb/CAGED. Elaboração: FIERGS/UEE.

Gráfico 4.11. Taxa de rotatividade – Rio Grande do Sul

(Em %)



Fonte: MTb/CAGED e RAIS. Elaboração: FIERGS/UEE.

Assim como no Brasil, a crise levou ao arrefecimento do mercado de trabalho gaúcho, com o volume de admissões e demissões sendo reduzidos de maneira significativa. Pelo lado das contratações, comparando o número acumulado em 12 meses de outubro de 2016 com o verificado em outubro de 2014, onde começavam a aparecer sinais mais fortes de desaceleração da economia, a queda é de 33,5%, passando de 1,6 milhões para 1,0 milhão. Fazendo-se o mesmo tipo de comparação com as demissões, verifica-se uma queda de 27,9%.

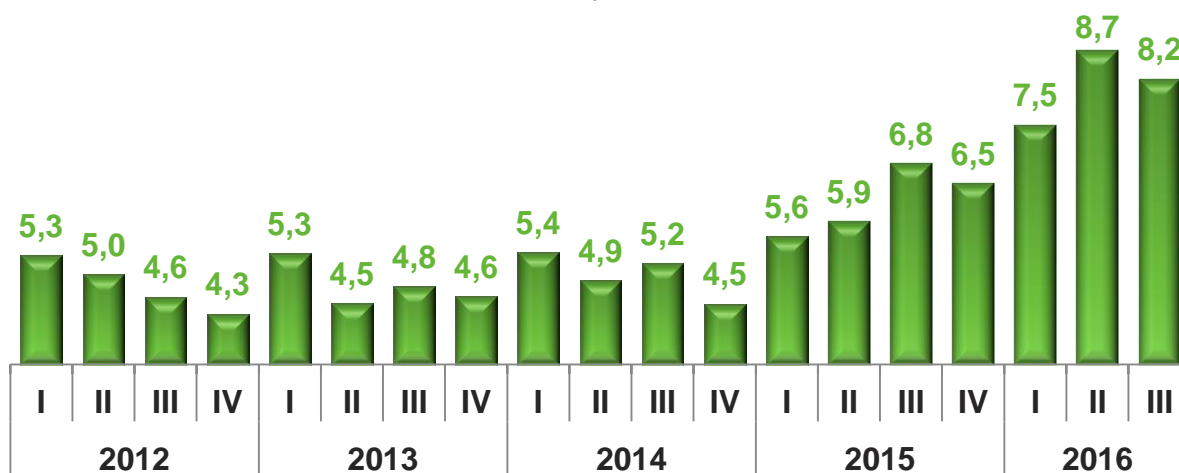
Com o mercado de trabalho menos dinâmico, houve queda na taxa de rotatividade da economia do Rio Grande do Sul, que passou de uma média de 49,4%, entre 2010 e 2014, para 34,0% em outubro de 2016, indicando que os trabalhadores estão trocando menos de emprego.

A continuação na crise econômica também pressionou a taxa de desemprego no Rio Grande do Sul, que chegou a alcançar os 8,7% no segundo trimestre de 2016, o maior valor

desde o início da PNAD Contínua em 2012. No trimestre seguinte, a taxa baixou para 8,2% da força de trabalho. No entanto, se comparada ao mesmo período de 2015, onde estava em 6,8%, o cenário ainda é de elevação. Mesmo assim, a taxa de desocupação gaúcha mantém-se em um patamar significativamente abaixo do verificado para o Brasil como um todo (11,8%). Vale destacar, que entre 2012 e 2014, a taxa de desemprego média do RS foi de 4,9%. Ainda segundo a PNAD Contínua, o número de desempregados no mercado de trabalho gaúcho foi de 500 mil pessoas no terceiro trimestre de 2016, uma elevação de 22,5% na comparação com o mesmo período de 2015, menor do que os 33,9% verificados no Brasil.

Gráfico 4.12. Taxa de desemprego – Rio Grande do Sul

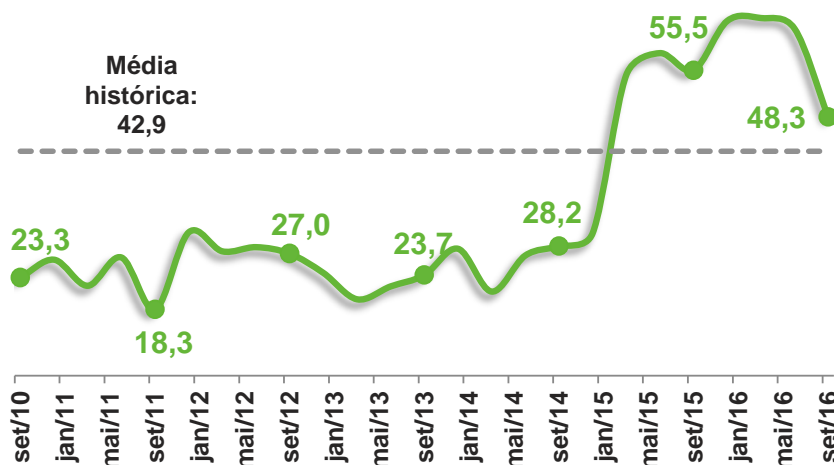
(Em % da força de trabalho)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Entre os Estados da região Sul, dois registraram queda na taxa de desemprego na passagem do segundo para o terceiro trimestre de 2016 (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), movimento que se refletiu em uma redução no sentimento de receio quanto à situação do mercado de trabalho por parte da população do Sul do país. Após passar 6 trimestres acima da linha divisória dos 50 pontos, e chegar ao segundo trimestre de 2016 com 62,0 pontos, o Índice de Medo do Desemprego (IMD) verificado para a região Sul do país baixou para 48,3 pontos no terceiro trimestre de 2016, indicando que as pessoas estão com menor medo do desemprego na comparação com o trimestre anterior.

Gráfico 4.13. Índice de Medo do Desemprego – Rio Grande do Sul*
(Em pontos)



Fonte: CNI. Elaboração: FIERGS/UEE.

* O índice varia de 0 a 100. Valores acima dos 50 pontos indicam alto medo do desemprego.

Além de números relativamente melhores no tocante a geração de vagas e desemprego, os dados de renda também revelam uma situação mais favorável para o Rio Grande do Sul em relação ao Brasil, mesmo que não sejam tão animadores. Em primeiro lugar, segundo a PNAD Contínua, o rendimento médio habitualmente recebido pelos ocupados no Estado, considerando todos os trabalhos, foi de R\$ 2.277 no terceiro trimestre de 2016, ficando 13,0% acima da média verificada para o Brasil. Em segundo lugar, na comparação com o respectivo trimestre do ano passado, houve aumento nos rendimentos dos trabalhadores gaúchos de 3,5%, já descontando os efeitos da inflação, enquanto que no Brasil ocorreu uma redução de 2,1%. Esse aumento foi o primeiro após 8 trimestres seguidos de queda nesse tipo de comparação para o Estado. Por fim, os dados indicam que o fundo do poço dos rendimentos foi atingido ainda no terceiro trimestre do ano passado no Rio Grande do Sul. No Brasil, por outro lado, a tendência negativa foi quebrada somente no segundo trimestre de 2016.

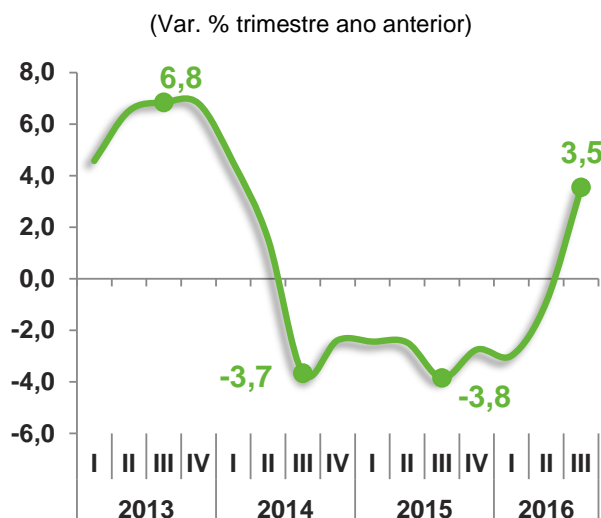
Gráfico 4.14. Renda real habitualmente recebida de todos os trabalhos – Rio Grande do Sul*
(Em R\$)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

* A preços de agosto de 2016. Deflacionados pelo INPC.

Gráfico 4.15. Renda real habitualmente recebida de todos os trabalhos – Rio Grande do Sul
(Var. % trimestre ano anterior)



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração: FIERGS/UEE.

Mesmo com resultados melhores, os rendimentos reais dos trabalhadores do Rio Grande do Sul voltaram ao mesmo nível do primeiro trimestre de 2015, um patamar ainda distante do pico da série verificado no terceiro trimestre de 2013.

Quanto ao salário médio pago aos trabalhadores da Indústria de transformação gaúcha, de acordo com os Indicadores Industriais da FIERGS, a queda é de 3,9% na comparação de janeiro a setembro de 2016 contra igual período de 2015. Por outro lado, no mesmo período, a produtividade apresentou um leve aumento de 1,3%. A combinação da evolução desses dois fatores levou a uma redução de 5,2% no custo unitário do trabalho (ULC), contribuindo, mesmo que na margem, para uma redução de custos e melhora da competitividade dos produtos gaúchos.

No entanto, como demonstrado no caso do Brasil, essa redução está muito longe de compensar a discrepância entre os ganhos salariais e a produtividade observada nos últimos 10 anos. Desde 2006, o custo unitário do trabalho acumulou aumento de 26,8% no Rio Grande do Sul, fruto do crescimento de 29,2% dos salários e de apenas 1,7% da produtividade.

Perspectivas 2017

A recessão econômica brasileira, além da expressiva redução no número de vínculos de emprego, teve também impacto negativo nos responsáveis pela criação e manutenção desses vínculos: as empresas. De acordo com os dados da RAIS, o número de estabelecimentos no Brasil cresceu apenas 0,3% em 2015 relativamente a 2014, um resultado pífio na comparação com a média entre 2003 e 2014 que foi de 4,2%. No Rio Grande do Sul, o desfecho foi ainda pior, com a perda de 0,7% dos negócios no mesmo período, sendo a Indústria o setor mais afetado (-3,0%). Esse cenário de diminuição do número de estabelecimentos, que deve se revelar ainda menos animador quando saírem os dados de 2016, representa um dos entraves que o país enfrentará para uma retomada consistente no emprego.

Para o encerramento de 2016, as estimativas apontam o corte de 1.418,6 mil postos de trabalho no Brasil, um resultado levemente melhor ao apresentado em 2015, quando 1.536,2 mil vagas foram destruídas. O setor mais afetado continua sendo a Indústria, que em 2015 fechou 1.062,4 mil vagas e, para 2016, as estimativas indicam uma perda menor: 820,4 mil. No entanto, diferentemente da Indústria, os Serviços devem fechar 2016 com o corte de 612,2 mil vagas, um resultado ainda mais negativo que o registrado em 2015 (-482,1 mil).

No Estado, o cenário para o desfecho de 2016 segue em linha com o projetado para o país: resultados ruins, mas menos negativos. Estima-se que 57,4 mil vagas sejam fechadas no acumulado do ano, frente a um resultado de 94,4 mil perdidas em 2015. Assim como no âmbito nacional, o setor industrial é o que demonstra maior fragilidade, com 38,6 mil postos de trabalho destruídos em 2016, sendo que 76,9% deste resultado negativo é atribuído à Indústria de transformação (29,7 mil vagas fechadas).

Para 2017, as projeções quanto ao saldo de geração de empregos serão feitas em três cenários. No **cenário base**, onde se espera um pequeno crescimento da economia brasileira, principalmente, por sua base de comparação bastante deprimida, a expectativa é de continuidade no fechamento de postos de trabalho com saldo negativo de 614,6 mil vagas. No país, mesmo com uma recuperação da economia, considerando a defasagem de resposta do emprego aos ciclos econômicos, a retomada na criação de vagas ainda não deve ocorrer em 2017. Melhoras consistentes na atividade econômica e, principalmente, nos investimentos, devem anteceder um ciclo duradouro de expansão no emprego. Mesmo assim, o resultado projetado é significativamente inferior ao observado em 2015 e também ao estimado para 2016. Entre os

setores, a Indústria deve fechar 423,8 mil vagas, com um desfecho bastante negativo na Construção (-241,0 mil). Já nos Serviços, a perda de empregos deve chegar em 211,0 mil. A surpresa positiva pode vir da Agropecuária com a criação de 20,2 mil novos empregos em função do aumento de produção projetado para o próximo.

Ainda no **cenário base**, para o Rio Grande do Sul, as projeções apontam para um resultado em 2017 muito próximo de zero, com uma geração de 6,4 mil vagas. No Estado, como demonstrado ao longo do texto, a melhora no emprego em 2016 foi mais intensa em relação à verificada no Brasil. Com isso, seguindo a tendência atual, resultados melhores serão percebidos no próximo ano. Após dois anos de saldo negativo, a Indústria deve gerar 2,8 mil vagas, com resultados antagônicos entre Transformação (+4,8 mil) e Construção (-2,1 mil). Os Serviços (+2,6 mil) e a Agropecuária (+1,0 mil) também devem criar postos de trabalho.

No **cenário superior**, ocorrendo uma surpresa positiva no crescimento econômico, a projeção é de criação de 237,3 mil empregos no país, quebrando a sequência de dois anos de saldo negativo. Vale destacar que mesmo no melhor cenário a expectativa é de fechamento de vagas na Construção do Brasil. Para a economia gaúcha, com um bom desempenho da atividade puxado pela economia nacional, espera-se a criação de 69,6 mil novos empregos, sendo a melhora pautada pela retomada da demanda interna.

Por fim, no **cenário inferior**, que engloba a possibilidade de uma nova queda no PIB, o fechamento de postos de trabalho pode chegar aos 1.296,1 mil no Brasil, representando o terceiro ano com perda de vagas acima da casa do milhão. Mesmo assim, é muita baixa a probabilidade de um resultado mais negativo que o de 2016. No Estado, por sua vez, com a possibilidade de uma continuidade da recessão devido às condições climáticas adversas, a expectativa é de perda de 56,8 mil vagas, número próximo ao do final de 2016, com corte nos três grandes setores.

Tabela 4.3. Geração de postos de trabalho formal – Brasil

(Em mil pessoas)

	2015	2016*	Cenários 2017		
			Inferior	Base	Superior
Agropecuária	8,3	14,0	-17,1	20,2	66,8
Indústria	-1.062,4	-820,4	-810,6	-423,8	59,7
Transformação	-587,6	-401,1	-409,5	-171,9	125,1
Construção Civil	-446,0	-393,2	-377,2	-241,0	-70,7
Outras	-28,8	-26,1	-23,9	-10,9	5,3
Serviços	-482,1	-612,2	-468,4	-211,0	110,8
Total	-1.536,2	-1.418,6	-1.296,1	-614,6	237,3

Fonte: MTb/CAGED. Projeções: FIERGS/UEE. *Estimativa

Tabela 4.4. Geração de postos de trabalho formal – Rio Grande do Sul
(Em mil pessoas)

	2015	2016*	Cenários 2017		
			Inferior	Base	Superior
Agropecuária	1,1	0,5	-0,3	1,0	2,3
Indústria	-68,1	-38,6	-37,2	2,8	42,8
Transformação	-51,0	-29,7	-25,9	4,8	35,5
Construção Civil	-15,9	-8,2	-10,8	-2,1	6,6
Outras	-1,2	-0,7	-0,5	0,1	0,7
Serviços	-27,4	-19,3	-19,3	2,6	24,5
Total	-94,4	-57,4	-56,8	6,4	69,6

Fonte: MTb/CAGED. Projeções: FIERGS/UEE. *Estimativa